



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012726-81.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda**
Requerente: **ANDERSON SPINA ME**
Requerido: **SOCIEDADE DE APOIO, HUMANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTOS DE SERV SAUDE**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora cobra da ré quantia derivada da venda de produtos que fez à mesma sem que recebesse o montante correspondente.

Concedo às partes os benefícios da assistência judiciária, observando-se.

Preservado o respeito tributado ao ilustre subscritor da manifestação de fls. 18/27, reputo *venia maxima concessa* que não lhe assiste razão.

Com efeito, a transação em apreço foi reconhecida expressamente pelo mesmo a fl. 25, primeiro parágrafo, e está de resto cristalizada no documento de fl. 08.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isso significa que a relação jurídica daí oriunda envolveu de um lado a autora (como vendedora) e de outro a ré (como compradora).

A obrigação dessa última em quitar o débito respectivo é nesse contexto patente, não despertando maiores divergências.

Aspectos pertinentes ao funcionamento do Hospital Escola Municipal "Prof. Dr. Horácio Carls Panepucci", bem como os afetos à ré, à Universidade Federal de São Carlos e à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, não projetam reflexos à autora.

Poderão quando muito constituir objeto de discussão em ação própria, com o aprofundamento de análise a seu respeito, sem que a autora seja afetada (até porque sequer possui liame com nenhum desses entes).

A conjugação desses elementos, aliada ao conteúdo do despacho de fl. 80, torna de rigor o acolhimento da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 5.286,80, acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2016 (época de emissão do documento de fl. 08), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**